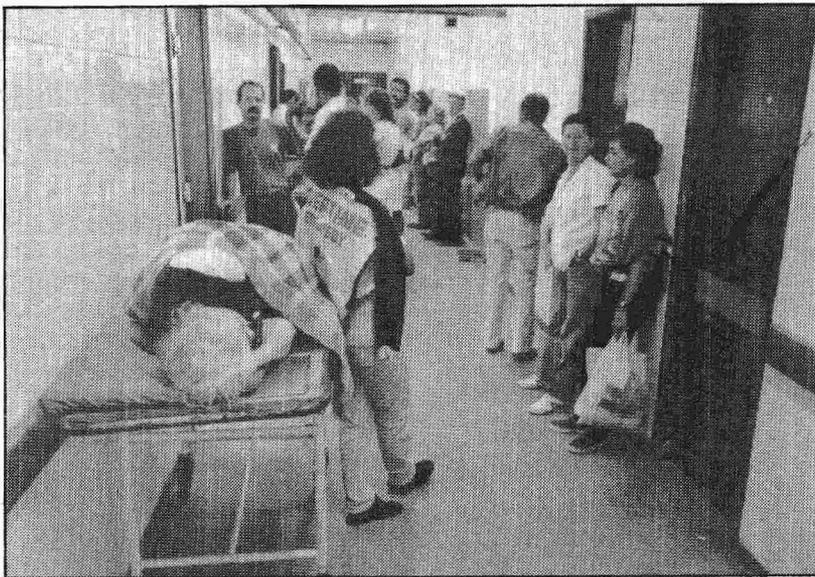


Dinheiro existe. Mas o governo aplica pouco na área de saúde. Por isso, o trabalhador que paga compulsoriamente o INPS não recebe o retorno do investimento.

# Madrugar e enfrentar filas. Para ser mal atendido.



O jeito é usar o corredor...



Paulo Vitale/AE

...quando os quartos já estão lotados.

LÍGIA KOSIN

**V**isivelmente anêmico, o aposentado Barnabé de Oliveira, de 73 anos, apoiava-se na parede do corredor do Pronto Socorro do Hospital Municipal do Tatuapé enquanto espera na fila para consulta. Ele sente dores no estômago e tontura, mas não sabe o que tem. Ao seu lado, a filha Hilda tenta furar a fila, sem sucesso. Eles chegaram ali levados por policiais da Rota "porque ambulância nunca tem". Desta vez, desistiram de tentar usufruir o direito de 30 anos de contribuição ao Inamps em hospitais conveniados e foram procurar atendimento num hospital público.

Já haviam tentado, há alguns dias, o hospital Monte Ararat, na Vila Mariana, que tem convênio com o Inamps. Mas depois de sete dias de internação, "ninguém resolveu o problema". No Hospital Cristo Rei, no Tatuapé, "não adianta mais ir, porque não atendem Inamps". E Hilda descarrega sua revolta: "Hoje só não morre quem tem dinheiro para pagar hospital. O INPS não vale mais nada".

Situações como a de Barnabé são vividas todos os dias por milhares de pessoas que procuram atendimento médico em qualquer hospital público ou conveniado do País. A maioria tem algo em comum: contribui há anos com o INPS mas nunca viu o retorno do

investimento. Quando é preciso, o jeito é madrugar e enfrentar fila nos hospitais públicos para tentar receber um atendimento deficiente. Ou então pagar por ele num hospital "conveniados" ao Inamps apenas no papel.

## Sem investimentos

O caos da Saúde hoje no País é atribuído por autoridades, médicos, funcionários, sindicatos e donos de hospitais a um fator: a crônica falta de investimentos no setor. A veracidade da afirmação é indiscutível: o Brasil investe, há anos, apenas 3,5% do PIB em Saúde, quando o índice adotado por países desenvolvidos e até a Argentina nunca é menor que 8% e alcança 11% nos Estados Unidos.

Além de pequeno, o investimento em Saúde também é muito mal aplicado. Neste aspecto, sobram denúncias e acusações de todos os lados sobre corrupção, fraude, desvio de verba e mau gerenciamento do sistema — acentuado com a criação em 1987 do Suds, que concentrou nos governos estaduais o bolo de recursos de Saúde a serem redistribuídos aos municípios.

Dinheiro, existe. São Paulo responde hoje por 47% da arrecadação total do Iapas no País, mas recebe de volta bem menos do que isso. O secretário de Saúde do Estado de São Paulo, Néelson Rodrigues dos Santos, calcula que 70% da arrecadação do Iapas no Brasil

retorna aos estados sob a forma de benefícios, 10% de custeios de administração e apenas 20% para assistência médica. Deste total, pelo menos a metade cobre custos com internação nos hospitais conveniados, parcela que é paga diretamente aos estabelecimentos pelo governo federal. Os 10% restantes voltam aos estados como verba do Suds a ser repassada aos municípios.

Santos nega a falência do Suds embora admita que o sistema quase chegou neste estado no ano passado. "Houve uma política intencional do último governo de sucatear o setor público de Saúde", afirma. Segundo ele, os repasses trimestrais ao governo de São Paulo sofreram uma redução de 86% do início de 1988 ao começo deste ano. No mesmo período, a verba destinada, através do Estado, ao setor contratado (pagamento de consultas, entre outros), teve um aumento de 22%. "Não houve favorecimento ao setor privado, que também chegou a enfrentar problemas no final do ano passado, mas um descaso com o setor público. Hoje, deveríamos receber pelo menos o mesmo que em 1988, ou Cr\$ 9,531 bilhões, mas o repasse do primeiro trimestre deste ano foi de apenas Cr\$ 1,352 bilhões", diz. O destino dos Cr\$ 8,179 bilhões perdidos no período, na opinião do secretário, "é questão de especulação. Pode ter sido utilizado para pagar a dívida externa, aumentar o salário do funcionalismo, favorecimentos

políticos...". Segundo ele, os repasses já aumentaram em 8% no governo Collor.

## Favorecimentos

Mas também a Secretaria Estadual de Saúde é acusada de utilização indevida dos recursos do Suds. Segundo Chafic Farhat, presidente licenciado do Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo, "a Secretaria recebia o dinheiro do Ministério da Previdência e o aplicava durante alguns dias no over antes de repassá-lo aos estabelecimentos conveniados". O governo do Estado da mesma maneira é acusado de utilizar os recursos do Suds para favorecimentos políticos aos municípios amigos.

Não menos desonesta é a atitude dos hospitais conveniados, responsáveis por 60% da assistência médica. Como forma de protesto e boicote ao sistema, eles deixaram de atender os segurados do Inamps sem pedir o descredenciamento. Para Farhat, a manutenção dos contratos não se traduz na dependência ao Inamps, com exceção de entidades filantrópicas. "Os hospitais podem sobreviver sem a Previdência Social, assumindo outros convênios. Mas a rescisão do contrato não interessa porque o convênio do Inamps é usado como chamariz para atrair a população — que tem de pagar quando chega ao hospital, porque não há vaga para INPS."

## O preço e o tamanho do caos

Quase 60 mil médicos, ou cerca de 30% do total do País, trabalham no Estado de São Paulo. É um número exagerado, quase o dobro do que é recomendado pela Organização Mundial de Saúde — um médico para cada mil habitantes. No entanto, metade destes profissionais trabalha na Capital e, ainda assim, quem mora na periferia não tem médico. Poucos se animam a traba-

lhar em lugares distantes para ganhar o mesmo salário. Outros simplesmente ganham e não trabalham.

A categoria tem sido duramente criticada pelo ministro Alcení Guerra, devido ao absenteísmo e ao mau gerenciamento dos estabelecimentos de Saúde. Os médicos se defendem e alegam que os salários são baixos, o profissional é obrigado a ter dois

ou mais empregos para sobreviver e não tem condições de trabalho nem estímulo. "Atribuir a culpa pelo caos do sistema aos profissionais de qualquer categoria, sem admitir a corrupção do sistema, é inadmissível", diz Eurípedes Carvalho, vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo. Ele concorda que a baixa remuneração — um

médico contratado pelo Estado recebe hoje entre Cr\$ 18 mil e Cr\$ 28 mil — não justifica o absenteísmo mas nega que as faltas ocorram. A má qualidade do atendimento é atribuída, em parte, às péssimas condições de trabalho, como falta de estrutura física, material e de pessoal, principalmente do setor de enfermagem.